
**SOB O SIGNO DA RIVALIDADE:
O PERFIL EDITORIAL DO JORNAL *O CRUZEIRO***

Under the sign of rivalry: the editorial profile of the newspaper *O Cruzeiro*

Jaison Luís Crestani¹

RESUMO: Este trabalho apresenta um estudo do perfil editorial do jornal *O Cruzeiro* (1878-1883), com o objetivo de averiguar a sua interlocução com as questões sociais, políticas e culturais de seu tempo. A esse respeito, interessa analisar, especialmente, o processo de realinhamento de suas diretrizes editoriais e ideológicas em função das alianças firmadas com órgãos do poder e classes sociais. Após estabelecer um pacto com fazendeiros escravocratas, o periódico passaria a defender abertamente os ideais escravistas em troca de subvenções. Atenta a essa transição, a imprensa abolicionista reagiu com severas críticas a essa guinada ideológica. Dentre essas publicações, destacam-se as charges humorísticas da *Revista Illustrada*, de alto teor satírico, decididas a arruinar a credibilidade jornalística do *Cruzeiro*.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa brasileira; humor; caricatura; *O Cruzeiro*; *Revista Illustrada*.

ABSTRACT: This paper presents a study of the editorial profile of Brazilian newspaper *O Cruzeiro* (1878-1883), in order to inquire its dialogue with the social, political and cultural questions of its time. In this regard, it is interesting to analyze, especially, the realignment process of its ideological guidelines according to the alliances forged with governmental institutions and social classes. Through an agreement with slavery farmers, the newspaper begins to defend openly the slavery ideals in return for subsidies. This transition provoked an immediate reaction from the abolitionist press, with heavy criticisms to the newspaper's direction. Among these publications, the most relevant were the humorous caricatures published by *Revista Illustrada*, whose content satirical was determined to ruin the *Cruzeiro*'s credibility.

KEYWORDS: Brazilian print press; humor; caricature; *O Cruzeiro*; *Revista Illustrada*.

INTRODUÇÃO

O jornal *O Cruzeiro*, lançado em primeiro de janeiro de 1878, ocupou uma posição de destaque no meio jornalístico brasileiro, conforme transparece na ampla aclamação geral que recebeu de diversos órgãos da imprensa do período. Dispondo de condições financeiras favoráveis, o empreendimento alcançou, já na sua estreia, a inserção no reduzido círculo dos jornais de maior circulação do país. Aclamado como um “novo *Times*”,

1 Pós-Doutorando vinculado à Universidade de São Paulo e bolsista da FAPESP.

prometia operar uma “grande *reviravolta* na sociedade” e dar um lustre inédito ao jornalismo brasileiro, arrancando-o das amarras do atraso. Contudo, o percurso histórico de sua publicação demonstra que esse sucesso imediato não teve uma sustentação duradoura. Em consequência das inúmeras dissidências travadas com outros importantes órgãos da imprensa, *O Cruzeiro* perderia, quase tão rapidamente quanto conquistara, o prestígio e a amplitude do alcance de sua publicação, deixando de circular em 19 de maio de 1883.

Para a reconstrução das condições históricas e da atuação sociocultural do periódico, pretende-se averiguar não só o conteúdo divulgado em suas páginas, mas também a participação e a intervenção do periódico na dinâmica cultural do tempo, atentando para a recomendação teórico-metodológica de Tania Regina de Luca (2006, p. 139): “O conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas”.

Para tanto, convém investigar os interesses, escolhas e posicionamentos assumidos pela diretriz editorial, bem como as relações estabelecidas com instituições políticas e associações econômicas e financeiras. Salienta-se, assim, a importância de um levantamento do conjunto de apreciações críticas divulgadas em periódicos contemporâneos do *Cruzeiro*, o qual permitirá delinear precisamente a sua posição na história da imprensa.

SOB O SIGNO DA RIVALIDADE: A POLÊMICA EM TORNO DA GESTAÇÃO E DO LANÇAMENTO DO NOVO PERIÓDICO

Muito tempo antes de adquirir a concretude da página impressa, o projeto de organização e fundação do jornal *O Cruzeiro* “era esperado com verdadeira ansiedade”, como registra a *Gazeta de Notícias* no habitual discurso de aclamação ao lançamento do novo periódico. Em meados de agosto de 1877, mais de quatro meses antes do lançamento oficial do *Cruzeiro*, começou a fervilhar na imprensa um conjunto de especulações em torno da gestação do novo periódico. Ainda antes de conhecer o nome da futura publicação, a *Gazeta de Notícias* registraria os primeiros rumores que se formaram a respeito da constituição empresarial e da dimensão do capital que seria empreendido na criação da nova folha: “Consta-nos que se trata de organizar uma empresa com o capital de 200:000\$ para publicação de um jornal de grande formato” (*Gazeta de Notícias*, 18 ago. 1877, p. 1, col. 6). Para uma compreensão mais exata da expressividade desse montante para a

época, basta compará-lo com o capital investido na fundação da própria *Gazeta de Notícias*, um dos jornais de maior circulação do país, que em sua inauguração se limitava a um patrimônio de trinta contos de réis.

Instaurava-se, assim, uma verdadeira “celeuma” em torno do novo órgão de imprensa, cujos investimentos ameaçavam usurpar a clientela e demover a estabilidade de jornais tradicionais. Antes mesmo de seu lançamento, o periódico em gestação tornou-se alvo de acirradas discussões, que questionavam especialmente a certidão portuguesa de seus idealizadores. Além da origem lusitana, reprovava-se a formação profissional do conjunto de redatores principais, constituído por comerciantes e políticos desprovidos de cultura intelectual.

Nesse mesmo número da *Gazeta de Notícias*, outro artigo demonstrava nitidamente que a motivação da ofensiva emanava novamente da intransigência à cidadania lusitana e à atuação comercial dos organizadores do periódico: “A colônia portuguesa não só não precisa de jornal, como até lhe seria inconveniente ter um, que apenas serviria para o que tu muito bem sabes: Para maior honra, glória e proveito dos mandões” (Um português de proa. *Gazeta de Notícias*, 21 ago. 1877, p. 3, col. 3). Essa intolerância traduz a aversão generalizada que se disseminava, na colônia recém-emancipada, ao monopólio político e comercial dos imigrantes portugueses, que absorviam a maioria dos empregos e oportunidades de ascensão social. Desse modo, o artigo denunciava a inconveniência de se apoiar a criação de um jornal que atuaria em proveito do mandonismo dos negociantes e figuras públicas de origem lusitana.

A discussão sobre o impacto da nova folha no meio jornalístico brasileiro permaneceria em efervescência até o lançamento efetivo do *Cruzeiro*. Sensível à ameaça de que o novo órgão pudesse obliterar a sua popularidade, o *Jornal do Commercio* disseminaria diversos comentários desfavoráveis à credibilidade do periódico em gestação, colocando em suspeita a imparcialidade política anunciada pelos seus organizadores. A rivalidade prematura entre as duas folhas converte-se em alvo das caricaturas das revistas humorísticas, como *O Mequetrefe* e a *Revista Illustrada*. Esta última, denunciava, em uma de suas charges, a relação *cortesã* que o *Jornal do Commercio* mantinha com o governo imperial e o aspecto tendencioso que esse protecionismo conferia às suas publicações. Além disso, alertava para o oponente vigoroso que surgia no horizonte jornalístico, alcunhado de jornal *Pimpão*, que ameaçava usurpar-lhe a freguesia comercial e a proteção política, já que também contaria em sua corporação com diversas figuras ligadas à administração pública.

A análise dos debates firmados na imprensa em torno da gestação do *Cruzeiro* evidencia que a organização e a fundação do jornal se

estabeleceram sob o signo da polêmica e da rivalidade acirrada com os demais periódicos de grande circulação do país. O embate travou-se, sobretudo, entre as folhas que partilhavam de um mesmo segmento jornalístico: o noticiário comercial. Isso indica que a motivação de toda essa controvérsia reside essencialmente na concorrência pela abastada clientela que dominava esse setor. Embora as invectivas críticas tenham-se amparado na prerrogativa da nacionalidade portuguesa dos organizadores do novo jornal, a verdadeira fonte da *celeuma* consistia na ameaça que o amplo potencial econômico do novo empreendimento representava para a estabilidade de órgãos tradicionais da imprensa brasileira.

A rivalidade acirrada com os demais órgãos da imprensa carioca prosseguiria após o lançamento do jornal. Já na primeira semana de publicação, parecia se concretizar a predita ameaça à estabilidade das folhas comerciais de grande circulação do país. De acordo com a avaliação publicada pelo *The Anglo-Brazilian Times* – um periódico de linha editorial radicalmente liberal e abolicionista, dirigido pelo irlandês William Scully e publicado no Rio de Janeiro, cuja atuação mantinha expressiva repercussão no meio político brasileiro – a empresa *O Cruzeiro* tinha plenas condições de se tornar uma *potência* em termos de formação da opinião pública:

O Cruzeiro

Este novo jornal diário fez sua primeira aparição em 1º de janeiro, conforme anunciado, e parece já ter feito grande progresso em favor do público. Os objetivos a que se propôs são da mais alta ordem e, se atingidos, por meio do caráter e da habilidade de seus dirigentes, estamos certos de que isso ocorrerá, promete tornar-se uma potência em seu país, não somente como grande rival publicitário do *Jornal do Commercio*, mas como o mais importante formador e orientador da opinião pública. Em seu departamento comercial, conta com as vantagens especiais de que os proprietários do *Cruzeiro* são banqueiros, comerciantes e capitalistas da mais alta posição, e de que seu conteúdo informativo é cuidadosamente compilado e habilmente escrito. Isso constitui uma garantia de futuro para o novo jornal e, além disso, dos esplêndidos talentos empreendidos por ele em outras seções; teremos diariamente a divulgação de telegramas com notícias políticas e comerciais da Europa etc., e os proprietários estão decididos a não poupar custos para melhorar a eficácia de seus serviços.

O Cruzeiro surgiu com uma ampla lista de assinaturas e acreditamos que sua tiragem já ultrapassa a do *Jornal do Commercio*. (*The Anglo-Brazilian Times*, 8 jan. 1878, p. 3-4, tradução minha)

Além de salientar os benefícios advindos da elevada condição financeira dos proprietários do *Cruzeiro*, a apreciação noticiada pelo periódico britânico destaca a competência do corpo editorial e o esmero da compilação do conteúdo informativo. Para demonstrar os resultados positivos desses investimentos iniciais da nova folha, reaviva o polêmico debate em torno da rivalidade com o *Jornal do Commercio*, sugerindo que a tiragem do *Cruzeiro* já teria talvez ultrapassado a de seu declarado oponente.

As controvérsias acerca da disputa pela maior tiragem da imprensa brasileira não se restringiriam a essa rivalidade com o *Jornal do Commercio*. Em 13 de janeiro de 1878, quando *O Cruzeiro* justificava dificuldades enfrentadas na distribuição dos exemplares aos assinantes alegando que a sua tiragem fosse talvez a maior de todo o império, a *Gazeta de Notícias* saiu a campo para protestar os seus direitos *incontestáveis*:

Anteontem publicamos nesta folha o seguinte artigo, que foi ontem transcrito nos Ineditoriais do *Jornal do Commercio* e do *Cruzeiro*.

“Continua a crescer a tiragem desta folha, que é incontestavelmente a de maior circulação do império.

Desde o princípio deste ano, com a entrada de novos assinantes e aumento da venda avulsa, a tiragem atingiu a 18.000 exemplares, fato sem exemplo nos anais do jornalismo brasileiro”.

Ontem, a redação do *Cruzeiro* diz em sua seção de *Expediente*, entre outras coisas o seguinte:

“Sendo avultada a tiragem do *Cruzeiro*, a maior talvez que se faz em todo o Império, não é de estranhar que algumas falhas se notem na sua distribuição”.

Parece-nos que o talvez que o nosso colega opôs ao nosso *incontestavelmente* de que nos servimos merece ser tirado a limpo. [...]

Pela nossa parte, propomos o seguinte alvitre que acreditamos que o nosso digno colega aceitará: nomeiem-se árbitros para verificar por todos os meios a circulação das duas folhas.

Assim ninguém mais dirá *talvez*, e todos ficarão sabendo qual é realmente a folha de maior circulação no império. (*Gazeta de Notícias*, 14 de janeiro de 1878, p. 1, col. 7)

Essa investida ofensiva da *Gazeta de Notícias* constituiu, certamente, o estopim inicial para a derrocada das relações de cordialidade entre os dois periódicos. Se, por um lado, o protesto fez com que *O Cruzeiro* reconhecesse a vantagem quantitativa do adversário, não foi suficiente, por outro lado, para que se desse por vencido, como transparece na resposta desafiadora que profere em relação à qualidade do conteúdo publicado:

Se o *dúbio talvez* magoou os nossos colegas da *Gazeta de Notícias*, o seu firme *incontestavelmente* nem nos agravou, nem causa inveja; estímulo sim, e aplauso. Não estamos aqui para disputar quantidade com tão excelentes colegas; na qualidade sim, que poremos esforços em lhes agradar. (*O Cruzeiro*, 15 jan. 1878, p. 1)

Como complementação à réplica do *Cruzeiro*, a crônica de Sic, publicada no folhetim de domingo, parodia os termos da contenda e satiriza o protesto da *Gazeta de Notícias* por meio da representação de uma discussão entre uma dama e um cavalheiro que disputavam a primeira posição quanto ao maior número de namorados e admiradores. A escolha de uma situação banal para levar a paródia a efeito cumpre o propósito de acusar a mesquinhez da atitude da *Gazeta* em face de tão “ociosa questão” (*O Cruzeiro*, 20 jan. 1878, p. 1, col. 4).

As repercussões negativas à atuação presunçosa do *Cruzeiro* se propagariam também em outros importantes órgãos da imprensa do período, como é o caso da folha humorística *O Mequetrefe*, que ironiza a altivez do jornal recém-lançado por meio de uma alusão paródica à fábula *A montanha que pariu um rato*. Mediante essa comparação depreciativa, sugere que o alarde em torno do lançamento do *Cruzeiro* teria sido desproporcional ao real alcance de sua publicação, considerando vãs as prevenções do *Jornal do Commercio* em face da suposta ameaça do novo órgão.

Com um tom galhofeiro peculiar do estilo de suas publicações, a avaliação divulgada por *O Mequetrefe* questiona a qualidade das matérias do *Cruzeiro*, insinuando que o esmero do trabalho editorial estaria restrito exclusivamente à ornamentação gráfica, sem uma extensão desse conceito ao conteúdo das seções, especialmente no que se referia ao folhetim assinado por Sic, pseudônimo de Carlos de Laet. Critica-se também a falta de sustentação da quantidade de páginas apresentada no número inicial, embora

o periódico não tenha assumido esse compromisso com os seus assinantes. Por fim, consideram-se dispensáveis as precauções tomadas pelo *Jornal do Commercio* para preservar a sua clientela, já que a frágil ameaça do novo concorrente não justificaria a necessidade do melhoramento promovido em suas edições por meio da criação de seções mais dinâmicas e atrativas, como seria o caso das crônicas de variedades publicadas sob a rubrica “Sem malícia”, que tratavam de eventos da vida sociocultural da Corte carioca.

Como se observa, o jornal *O Cruzeiro* foi gestado e publicado sob o signo da rivalidade acirrada com importantes órgãos da imprensa brasileira do período. A despeito das parcerias formadas e de algumas *opiniões favoráveis*, prevaleciam as ofensivas críticas e as caracterizações burlescas que se empenhavam em minar, gradualmente, a credibilidade do novo periódico e o caráter de seus organizadores. Essas dissidências contribuíram, certamente, para o vertiginoso declínio de uma folha criada sob o amparo de condições financeiras bastante promissoras.

O PERFIL EDITORIAL DO JORNAL *O CRUZEIRO*

O jornal *O Cruzeiro* apresentava-se ao público como propriedade de uma “sociedade comanditária sob a razão social de G. Vianna & Cia”. De acordo com as palavras de Machado de Assis, em carta a Salvador Mendonça de 8 de outubro de 1877, o jornal seria “fundado com capitais de alguns comerciantes, uns brasileiros e outros portugueses” (ASSIS, 2009, p. 135-6). A direção geral estaria ao encargo do português, naturalizado no Brasil, Henrique Correa Moreira. Formado em Direito na Universidade de Coimbra, Moreira mantinha um escritório de advocacia com grande clientela, situado à Rua Primeiro de Março, n. 72. Antes de se dedicar ao novo empreendimento, atuava como colaborador do *Jornal do Commercio*.

Embora a leitura do programa inaugural do *Cruzeiro* esteja bastante prejudicada pela precariedade da conservação de sua página inicial, pode-se ainda extrair, dos fragmentos preservados, passagens essenciais para a reconstituição das diretrizes editoriais e da autoimagem estrategicamente construída por essa apresentação. Assim, verifica-se que, em sua estreia, o periódico apresentava-se como um órgão dedicado às causas públicas e alheio a especulações materialistas e interesses partidários: “*O Cruzeiro* não é instrumento de nenhuma especulação mercantil; não visa a lucro algum material; não está ao alcance de nenhuma aspiração vulgar; não é órgão de partido algum político; não representa uma classe, nem um grupo; não ambiciona o poder” (*O Cruzeiro*, 1º. jan. 1878, p. 1).

Perfazendo os lugares-comuns do discurso programático da imprensa do século XIX, *O Cruzeiro* ostenta o rótulo de jornal *neutro e imparcial*. Sua “missão civilizadora” estaria preocupada em promover a justiça para com aqueles cidadãos que assistiam, *silenciosos e arredados*, à luta estéril dos partidos e ao conseqüente adiamento da resolução dos problemas mais urgentes da sociedade brasileira:

Há, fora da liça das lutas ardentes dos partidos políticos, largo campo onde pode pelejar-se, em prol da justiça, em que pode auxiliar-se o desenvolvimento gradual que constitui a vida das populações; porque, enfim, estas também se desenvolvem sem a política, e às vezes, apesar dela.

Grande número de indivíduos, respeitáveis pelo bom senso de suas opiniões, pela lealdade de seu caráter, pela inteligente energia com que desenvolvem as forças do país, em todas as esferas da atividade humana, arredados, por suas ocupações e tendências da luta dos partidos, têm assistido silenciosos à solução ou adiamento de problemas, em que são profundamente interessados. (*O Cruzeiro*, 1º. jan. 1878, p. 1)

A despeito da neutralidade anunciada, a unidade multiforme de um jornal abrange um conjunto de concepções e valores que se ajustam aos interesses do grupo responsável por sua diretriz editorial. À fundação, organização e circulação de um periódico, vinculam-se diferentes formas de poder, instituições e propósitos econômicos. Com base nessas questões, deve-se considerar que, embora *O Cruzeiro* ostente a imagem de jornal neutro, imparcial e devotado às causas sociais e cívicas, não há meios de subtrair a regra comum que caracteriza “a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. xix).

No decurso do ano de 1878, o periódico manteve-se coerente com a anunciada isenção de sua linha editorial, sustentando em suas publicações um posicionamento deliberadamente crítico frente aos desmandos da política nacional. Inconformado com o declínio vertiginoso da economia do país, o periódico assumiu a posição de arauto das reivindicações por ações públicas em favor das demandas urgentes dos principais setores responsáveis pelo orçamento e pela prosperidade financeira do Brasil. Comprometido com a nobre missão de promover a probidade das ações públicas, o periódico recriminava insistentemente a decadência da moralidade política, corrompida pelas inúmeras ocorrências de subtração de dinheiro público e pelo

contrassenso dos violentos conflitos partidários que agitavam o cenário político do período.

Entretanto, a partir de janeiro de 1879, inicia-se um sinuoso processo de realinhamento de suas diretrizes editoriais em função das novas alianças firmadas com órgãos do poder e representantes de classes sociais. O principal desencadeador dessa guinada ideológica do periódico teria sido o pacto estabelecido entre o editor-chefe do jornal, Henrique Correa Moreira, e o fazendeiro mineiro, Martinho de Campos, que se confessava um “escravocrata da gema”. A partir desse acordo, *O Cruzeiro* passaria a se orientar, editorialmente, pelas opiniões reacionárias desse político mineiro, defendendo abertamente os ideais escravistas em troca de subvenções, conforme registrou Ernesto Mattoso, ex-redator do *Cruzeiro*, em seu livro de memórias *Cousas do meu tempo* (1916, p. 284).

A consequência imediata dessa mudança seria a debandada geral do corpo de colaboradores do periódico e as críticas incisivas que se disseminaram de maneira generalizada pelos diversos órgãos da imprensa abolicionistas do período. Dentre as publicações que se empenharam fervorosamente no repúdio à folha vendida, destacam-se as charges humorísticas da *Revista Illustrada*, que promoveram um verdadeiro “ajuste de contas” com esse “órgão venal e indecente”. Por meio de sucessivas caricaturas, de alto teor satírico, que tinham por mote a caracterização do órgão rival como um “cano de esgotos”, a *Revista*, com o apoio de outros importantes jornais, arruinaria a credibilidade jornalística do *Cruzeiro* e o conduziria a um enfraquecimento gradativo de seu prestígio editorial.

A GUINADA IDEOLÓGICA DO PERIÓDICO

A primeira evidência concreta de que *O Cruzeiro* estaria realinhando as suas diretrizes editoriais em favor dos interesses escravagistas dos grandes fazendeiros transpareceria em uma breve nota da *Gazeta da Tarde*, jornal abolicionista, dirigido por José do Patrocínio, que, em 28 de setembro de 1880, noticia: “Informa-nos pessoa de muito critério que alguns fazendeiros contrataram com a Redação do *Cruzeiro* a publicação de seus artigos contra a emancipação” (*Gazeta da Tarde*, 28 set. 1880, p. 2, col. 4).

Em números subsequentes, a *Gazeta da Tarde* continuaria a registrar a marcha das ações escravocratas, decididas a firmar aliança com um órgão da imprensa de ampla circulação, que pudesse advogar as causas do setor agrícola. Em outra publicação a respeito do assunto, o jornal abolicionista reproduziria uma correspondência remetida ao Rio Grande do

Sul, em que se relatavam os planos traçados pelos fazendeiros para amortizar os efeitos da campanha emancipatória:

Órgão dos fazendeiros

Fala um correspondente desta corte, para o Rio Grande do Sul: “Consta-nos que alguns fazendeiros dinheirosos vão fundar uma folha, destinada a defender a lei de 28 de Setembro, opondo à propaganda abolicionista, não uma negativa anti-humanitária, mas razões de conveniência e tranquilidade dos lavradores, que são os principais contribuintes para a manutenção do Estado.

“A princípio andaram a querer chegar a um acordo com o *Cruzeiro*, para que essa folha tomasse a si a tarefa de combater os *precipicistas*, mediante um grande número de assinaturas que obteriam; depois quiseram comprar a empresa, ultimamente parece resolvido que montarão o seu periódico”. (*Gazeta da Tarde*, 5 nov. 1880, p. 3, col. 3)

Os efeitos do contrato estabelecido entre a redação do *Cruzeiro* e os proprietários escravocratas se manifestariam imediatamente, como se poderia observar, por exemplo, pela completa abstenção do periódico em face da organização da Sociedade Brasileira contra a Escravidão, instituída por Joaquim Nabuco em setembro de 1880. Esse silêncio comprometedor da *folha icterica* não passaria incólume à censura ostensiva do caricaturista Ângelo Agostini, proprietário da *Revista Illustrada*, que estampou essa insenção do periódico em uma de suas charges humorísticas:



Figura 1: Charge humorística denunciando a comprometedora abstenção do *Cruzeiro* em relação à criação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (*Revista Illustrada*, 2 out. 1880, p. 4-5).

Destoando do coro geral enunciado pela imprensa fluminense, que contou inclusive com a voz conservadora do *Jornal do Commercio*, os redatores do *Cruzeiro*, receosos de desagradar a afeição dos fazendeiros, preferiram não se pronunciar a respeito da questão. Na legenda inscrita na charge, acusava-se o periódico de se ter transformado em “rolha”, denunciando-se, assim, o controle que começava a se instituir sobre as suas atividades editoriais.

Em revide à organização da associação abolicionista, as classes dos comerciantes e dos proprietários rurais julgaram apropriado estruturar igualmente as suas ações, concentrando as suas forças em torno de um órgão representativo destinado a defender os interesses comuns dos dois setores. Formou-se, assim, o Centro da Lavoura e do Comércio, com o intuito de enfrentar a crescente mobilização abolicionista por meio da aliança firmada com *O Cruzeiro*, conforme noticiado pela *Gazeta da Tarde*:

Planos escravocratas

Lê-se no *Diário Popular* de Campos:

“Por carta particular que nos foi obsequiosamente mostrada, sabemos que se organizou na corte um CENTRO DA LAVOURA E COMÉRCIO.

“A reunião teve lugar em casa do barão de S. Clemente, a qual compareceram representantes importantes do Comércio e da Lavoura.

“O fim principal do CENTRO é encaminhar a questão do elemento servil, para uma solução calma e de grandes proveitos para o país.

“O *CRUZEIRO*, foi o jornal escolhido para órgão do CENTRO DA LAVOURA E DO COMÉRCIO”. (*Gazeta da Tarde*, 15 nov. 1880, p. 2, col. 2)

Outra denúncia mordaz desse pacto estabelecido com os escravocratas seria efetivada pela *Revista Ilustrada* no último número publicado em outubro de 1880. Assumindo uma dicção deliberadamente irônica, o artigo lastimava o infortúnio dos fazendeiros, que estariam fazendo um péssimo negócio ao estabelecer sociedade com um jornal visivelmente arruinado. Profetizava-se, assim, o futuro nefasto dessa conciliação de duas instituições moribundas, o regime servil e a *folha ictérica*:

Pobres fazendeiros! Decididamente estão em maré de caiporismo.

Querem advogar a lavoura, que eles veem ameaçada pela propaganda abolicionista, precisam de um apoio à sua causa na imprensa, e agarram-se ao *Cruzeiro* que, nas vascas da morte, vai tornar-se escravocrata e pedir o regime do relho cru para apressar a colheita do café!

Bons homens! Na sua simplicidade nem se lembram que só eles hão de ler o órgão ictérico.

O *Cruzeiro*, vendendo-se aos fazendeiros por sessenta contos de réis quando não tem sessenta leitores, não faz senão pregar mais um calote a esses homens da roça, já tão espoliados na corte. É o escravo mais caro que os fazendeiros podiam comprar; mas era sina talvez do órgão da memoranda mudar sempre de cor:

Começou amarelo, acaba negro. (*Revista Illustrada*, 30 out. 1880, p.2, col. 3)

Esse presságio seria reiterado nos números subsequentes da *Revista*, em que se contestavam severamente as ações inescrupulosas dos fazendeiros e se prediziam os resultados funestos que haveriam de alcançar com tais procedimentos:

A tinta é o sangue negro do pensamento; e que pensamento, que ideia contam expor e defender os fazendeiros na imprensa?... Hão de comprar ideias como já compraram jornal, mas ideias de quem se suicida sendo inimigo dos negros, e jornal como o *Cruzeiro* que se vende, porque ninguém o compra, que não será lido senão pelos interessados, pelos próprios redatores – um onani... essencialmente agrícola! (*Revista Illustrada*, 6 nov. 1880, p. 6, col. 2)

Além do humor irreverente e debochado inscrito na referência ao onanismo² desse conluio agrícola, a *Revista Illustrada* divulgaria, nesse mesmo número, uma charge burlesca, destinada a satirizar o servilismo do *Cruzeiro*. Nesta e nas demais charges da *Revista Illustrada*, o jornal seria personificado na figura de seu redator-chefe, Henrique Correa Moreira, que, por sua vez, passaria a ser alcunhado de Pato Tonto e teria sua forma física deformada, assumindo traços dessa ave em analogia à sua parvoíce. A

2 “Interrupção do coito antes da ejaculação” (Fonte: *Dicionário eletrônico Houaiss*).

denúncia da subserviência do *Cruzeiro* seria representada, na caricatura, pela mudança de cor do redator-chefe, que teria vendido a sua liberdade editorial a troco de milho para matar a fome:



Figura 2: Charge humorística destinada a satirizar a subserviência do *Cruzeiro* aos interesses dos fazendeiros escravocratas (*Revista Illustrada*, 6 nov. 1880, p. 7).

Em novembro de 1880, a *Gazeta da Tarde* reproduziria em suas páginas a circular do Centro da Lavoura e do Comércio dirigida aos fazendeiros, convocando-os a assinar o jornal, *com arras de imparcialidade e grande circulação*, que fora escolhido para defender vigorosamente as grandes causas da lavoura e do comércio. Nesse informativo, combatiam-se também as manifestações *irrefletidas* dos abolicionistas e desferiam-se acusações contra os jornais engajados com a campanha emancipatória, culpando-os de incitar a *insurreição dos escravos*, conspirar contra as cláusulas da Lei do Ventre Livre e, desse modo, colocar em risco a prosperidade econômica do país.

“Ilmo. Sr. – Levamos ao conhecimento de V. que, em uma reunião, nesta corte, de importantes lavradores das províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas e Espírito Santo, ficou assentada a conveniência de, desde já, pela imprensa mais lida e ao mesmo tempo imparcial, advogar-se energeticamente a grande causa da lavoura e do comércio, cujas íntimas relações se não podem quebrar sem recíproco prejuízo; opondo tenaz resistência à atual agitação do espírito inquieto de irrefletidos abolicionistas, que, sem reboço, assim na tribuna, na imprensa que lhes é adepta e na própria praça pública, pregam a

insurreição de escravos e conspiram afoitamente contra a solução consagrada pela lei de 28 de Setembro de 1871.

“O Grande Centro da Lavoura e Comércio, que fica fundado, com sua sede nesta corte, não adota órgão de publicidade privativamente seu; recorrerá aos existentes, e que lhe oferecerem arras de imparcialidade e grande circulação.

“Isto posto, e franqueando o jornal *Cruzeiro* as suas colunas para a mais sincera e assídua defesa dos interesses agrícolas, seriamente ameaçadas; nos associamos ao pensamento acordado, na aludida reunião de importantes lavradores, de convidar os fazendeiros, nossos amigos, a subscreverem com uma quantia mínima, para subsídio do jornal de que se trata.

“Animados pois, por tão poderosos motivos e certos de que V. se convencerá, como nós, da necessidade urgente de um protesto da lavoura por meio da imprensa, como já acima dissemos, pedimos que nos autorize a subscrever em seu nome aquele jornal, cuja assinatura é de 16\$000. (*Gazeta da Tarde*, 30 nov. 1880, p. 1, col. 3)

Da circular transcrita, cumpre salientar o cinismo da enunciação discursiva dessa mobilização dos setores agrícola e comercial, que intenta se revestir de equidade ao alegar que, diferentemente dos abolicionistas, se utilizava, para a defesa de suas causas, da imprensa neutra e imparcial. Além de contestar a probidade dessas ações, os jornais abolicionistas se empenhariam fervorosamente na refutação dos argumentos reunidos pelo *Cruzeiro* para promover as ideias escravocratas, como se observa em outro artigo da *Revista Illustrada*:

O Cruzeiro [...] não fala senão da desorganização do trabalho. Na opinião desses necrófobos, só pode haver organização do trabalho segundo o regime do relho cru e sob a ameaça do jejum no tronco; só o escravo trabalha então?

O homem livre é pois um vagabundo?

Há no Brasil onze milhões de habitantes, milhão e meio de escravos, e como na opinião dos negrívoras, só o escravo trabalha, temos nove milhões e meio de peraltas, de vagabundos, de preguiçosos, de mandriões vivendo exclusivamente à custa dos escravos! Chega a ser uma ironia, isso! (*Revista Illustrada*, 10 dez. 1880, p. 3, col. 2)

Na sequência, o artigo denunciava também os interesses dos comerciantes na causa escravocrata, que se moldavam aos dos fazendeiros por possuírem “capitais empenhados na lavoura”. Dentre os redatores do *Cruzeiro* que estavam à frente da defesa das ideias escravocratas, destacava-se a figura de Reinaldo Carlos Montoro, caracterizado pelo articulista A. Lino, da *Revista*, como “um necrófobo, muito justificado, que uma noite se deitou padeiro, e no seguinte acordou jornalista negreiro. Foi outrora negociante de escravos, e hoje sonha talvez retomar o antigo comércio que, parece, lhe rendia mais do que a padaria de Vassouras” (*Revista Illustrada*, 10 dez. 1880, p. 3, col. 3).

Ainda em dezembro de 1880, a *Revista Illustrada* noticiaria a nobre decisão do conde de Matosinhos de libertar os seus escravos e de promover um baile em comemoração a esse ato “tão humanitário”. Em seguida, aproveitava a circunstância para registrar a espetacular desfaçatez do *Cruzeiro* de “dar minuciosa notícia do baile que o Sr. Conde deu nesse dia e nem uma palavra sobre o importante fato de ter libertado os seus escravos!”.

Nessa charge humorística, acusava-se *O Cruzeiro* de promover campanhas absurdas, — como a de “procurar convencer os negros que a verdadeira felicidade consiste na escravidão” — e de proferir calúnias contra os jornais abolicionistas, em especial a própria *Revista Illustrada*, que estaria empenhada em arruinar a lavoura. Afora essas repreensões, censurava-se, acima de tudo, a aviltante perversão da própria consciência, violentando, assim, a nobre missão jornalística de manter-se fiel e imparcial frente aos fatos noticiados.

Esse aviltamento da própria consciência e missão jornalísticas resultou, conseqüentemente, em uma debandada geral de redatores que não partilhavam dessas convicções escravocratas. Certamente, é a este momento histórico que se refere Ernesto Mattoso (1916: 284) em seu livro de memórias. Inclusive, a *Gazeta da Tarde* cederia o espaço de suas páginas para que um dos colaboradores despedidos revelasse os verdadeiros motivos da sua demissão da redação do *Cruzeiro*:

Do nosso colega o Sr. Joaquim Pereira Leitão recebemos a carta seguinte:

“Despedido da Redação do *Cruzeiro* por ser abolicionista, por declarar que, desde que aquela folha se tornasse escravocrata, eu fazendo parte de sua Redação, não escreveria uma linha em favor do escravagismo, tenho o dever de declarar ao público qual o pretexto que encontrou o *Cruzeiro* para dispensar-me.

“Entretanto só o poderei fazer quando estiver pago de meus vencimentos atrasados desde Setembro, e dos quais promovo o

embolso, nesta data, pelos meios judiciais, já que todas as tentativas que tenho feito têm sido infrutíferas, não só perante o gerente, como perante o Sr. comendador Brandão, cuja intervenção na administração do *Cruzeiro* é notória.

“Prometendo, pois, explicar ao público que tem para comigo a folha escravocrata, aguardo para fazê-lo, o resultado da ação judicial. (*Gazeta da Tarde*, 26 nov. 1880, p. 2, col. 3-4)

Em revide a essa súbita mudança ideológica do periódico, o próprio Ernesto Mattoso, que neste período abandonou igualmente a redação do *Cruzeiro*, escreveria uma peça abolicionista, intitulada *Um país essencialmente agrícola* e representada em dezembro de 1880 com o intuito de ridicularizar esse lema insistentemente utilizado pelos escravagistas para justificar a necessidade de manutenção do regime servil. A *Gazeta da Tarde* enalteceria a ousadia do comediógrafo, que preservaria a sua integridade, afastando-se da redação do *Cruzeiro*, para combater as ideias escravocratas por meio da essência corrosiva do riso:

Essencialmente agrícola

Foi aplaudida a comédia do Sr. E. Mattoso.

O título fez em grande parte a fortuna.

Essencialmente agrícola! É o dito da época. Pô-lo em circulação Joaquim Serra em uma hora de espírito e dessas ele conta vinte e quatro por dia. Mesmo a dormir ele obriga ao riso, este forte e gracioso talento. O Sr. Mattoso apanhou o dito e escreveu uma comédia.

As santas propagandas são metediças: entram por toda a parte e assentam-se em todos os recintos. Hoje obtém triunfo no parlamento, amanhã invadem os teatros e matam a risadas o adversário. Escrevem poemas, burlam folhetins, cantam nas bandas de música marciais, dançam nos salões aristocráticos, faíscam nos olhos das crianças, riem nos lábios das mulheres. Torna-se uma praga, mais que sagrada!

O Sr. Mattoso é abolicionista. Esteve já no *Cruzeiro* e tanto assim que deixou lá o *vírus*. Nós aplaudimos a E. Mattoso e pedimos-lhe mais comédia.

Sucesso obriga! (*Gazeta da Tarde*, 26 nov. 1880, p. 3, col. 2)

O ano de 1880 encerrava-se, portanto, com a desqualificação completa da equidade jornalística do *Cruzeiro*, que sacrificou os dogmas de seu programa para servir aos sórdidos interesses escravocratas dos

representantes da lavoura e do comércio. A *Revista Illustrada*, depois de tantas invectivas desferidas contra a redação do Pato Tonto, arrematava o ano de 1880 com a promessa de que ainda promoveria, no ano vindouro, um “ajuste de contas” com esse “órgão venal e indecente”. Como mote dessa nova ofensiva crítica, a *Revista* aplicaria ao *Cruzeiro* a caricatura de um “cano de esgotos” do qual se propunha a arrancar e passar a limpo os verdadeiros intentos de seus redatores e administradores.



Figura 3: Charge humorística contra o *Cruzeiro*, representado pela caricatura de um cano de esgoto, do qual a *Revista* se propunha a arrancar e passar a limpo os autores de “tão asquerosos artigos”, bem como alguns membros de sua administração (*Revista Illustrada*, 31 dez. 1880, p. 4-5).

O ENCERRAMENTO DA PUBLICAÇÃO DO *CRUZEIRO*

Em 1881, a *Revista Illustrada* cumpriria a promessa realizada no ano anterior de passar a limpo as intenções dos organizadores do *Cruzeiro*. Já em seu primeiro número, publicado em 8 de janeiro, a charge humorística é dedicada a Antônio José Gomes Brandão, um dos principais responsáveis pela fundação do jornal. Nessa caricatura, são esquadrihados os interesses pessoais que moveram a sua decisão de investir na criação de um órgão de imprensa: o arrendamento da Estrada de Ferro Pedro II e a desforra ao *Jornal do Commercio* “por causa da maneira pouco cortês quando lhe recusaram certas mofinas” (*Revista Illustrada*, 8 jan. 1881, p. 7).

No número de 22 de janeiro, a *Revista* empreende nova desqualificação ao jornal, denunciando a relação protecionista da Câmara Municipal para com a recente atuação deste órgão em prol das ideias escravagistas. Essa acusação é acompanhada de uma alusão mordaz ao fracasso editorial do *Cruzeiro*, cuja circulação estaria restrita à roça: “Aí, um fazendeiro disse-nos terem-lhe impingido 20 assinaturas a pretexto de

proteger a folha que fazia propaganda a favor da escravidão” (*Revista Ilustrada*, 22 jan. 1881, p. 4). Nesse mesmo número, outra charge acusa Antônio Brandão de emprestar, “mediante alguns cobres”, a tipografia do *Cruzeiro* para a impressão do pasquim *O Corsário* – órgão difamador, que combatia fervorosamente a política do Regime Imperial.³ Colocando os dois órgãos na balança, a caricatura da *Revista* afirma que o *Cruzeiro* “pesa muito mais na vilania e na infâmia”, pois, enquanto *O Corsário* ataca de maneira atroz e direta, o jornal de Brandão “procura ferir covardemente de dentro das publicações ‘a pedido’” (*Revista Ilustrada*, 22 jan. 1881, p. 7).

Nos números subsequentes da *Revista*, a espetacular transição ideológica da diretriz editorial de *O Cruzeiro* seria satirizada de maneira mais contundente, conforme se observa na charge humorística publicada em 12 de fevereiro de 1881. Nessa caricatura, o jornal é representado por uma nova combinação zoomórfica, que mescla as nadadeiras e a plumagem da cauda de um pato ao corpo de um cão raivoso, que ladra contra todas as manifestações favoráveis à abolição do regime servil. Nas legendas que acompanham as gravuras que formam as charges, denuncia-se a conduta corrupta da folha vendida:

Para fazer jus aos cobres dos fazendeiros, o órgão mercenário ladra contra esse jornal francês [*L'Évenement*], que se ocupou dos nossos escravos; ladra contra Joaquim Nabuco por ser recebido com todas as honras em Portugal; ladra contra os diplomatas brasileiros que não procuram convencer a Europa que a verdadeira felicidade e civilização é ter escravos. (*Revista Ilustrada*, 12 fev. 1881, p. 7)

Para explicitar a guinada radical do periódico, a charge apresenta uma síntese histórica da sua trajetória editorial. Inicialmente, a atuação do jornal estaria comprometida com os investimentos comerciais de seus fundadores: “a missão desse jornal era advogar os interesses do vinho e do bacalhau”. A alusão a produtos de origem portuguesa remete não só ao

3 Apulco Marcos Martins de Castro, proprietário e diretor de *O Corsário*, havia sido tipógrafo do *Cruzeiro* e lançou sua própria folha graças a um empréstimo de 200\$ contos, contraído provavelmente de algum dos mantenedores do *Cruzeiro*. Lançado em 2 de outubro de 1880, *O Corsário* prevaleceria até outubro de 1883 na dianteira da “artilharia do pensamento”, conforme o lema proclamado no editorial de sua quarta edição. Em 25 de outubro deste ano, Apulco de Castro seria covardemente assassinado após a publicação de uma crítica ao 1º. Regimento de Cavalaria da Corte. Com sua morte, a publicação do periódico seria interrompida e ressurgiria a partir de 5 de dezembro, com o título de *Novo Corsário*, provavelmente sob o comando de Eufrazia de Castro, viúva do proprietário assassinado.

segmento comercial de seus proprietários, como também à polêmica que se instaurou, no período de gestação do novo órgão, em torno da cidadania lusitana de seus principais idealizadores. Nesse estágio inicial, o periódico condenava severamente as práticas escravagistas dos fazendeiros e “achava que a força era pouco para punir esses algozes dos escravos”. Com a posterior destituição da sua sociedade comanditária, *O Cruzeiro* passaria do *bacalhau à carne seca*, ou seja, buscaria a proteção do poder público: “Tomou afinal a resolução de se fazer suíço do Governo Sinimbú, mediante alguns contos mensais. Infelizmente caiu o Governo do vintém e lá ficou o *Cruzeiro* de ventas ao chão”. Desprovido desse protecionismo político, o conselho fiscal do periódico lançaria as suas redes nas “águas turvas” do regime escravocrata e, “aceitando o papel de feitor de fazenda, *O Cruzeiro*, na questão do elemento servil tornou-se o mais servil elemento da baixa e da barbaridade” (*Revista Illustrada*, 12 fev. 1881, p. 7).



Figura 4: Fragmentos da charge que evidenciam a espetacular transição ideológica que se operou na linha editorial de *O Cruzeiro* (*Revista Illustrada*, 12 fev. 1881, p. 7).

Em dezembro de 1881, a *Revista Illustrada* tornaria a direcionar o alvo de suas charges para as práticas corruptas do *Cruzeiro*. Nesse mês, além de noticiar o esfacelamento da administração do jornal, com a saída de Eduardo de Lemos e de Joaquim de Mello, denunciavam-se também as manobras financeiras que o periódico mantinha com o governo imperial. Sob a rubrica “Cartas a todo mundo”, assinada por A. de Lino, reiteram-se as

linhas centrais do artigo que Joaquim de Mello publicou no *Jornal do Commercio* após a sua demissão, acusando *O Cruzeiro* de manter, “em vez de um só caixa ostensivo e legal, [...] outro oculto e irresponsável: ‘em nome da empresa, um membro do conselho fiscal recebia, de origem inconfessável e por verba secreta, o estipêndio mensal de 1:000\$, que não entrava no cofre da empresa’” (*Revista Illustrada*, 3 dez. 1881, p. 3, grifo do autor).

Nos comentários que acompanham a transcrição dessa denúncia, A. de Lino afirma que essa *verba secreta* só poderia vir do governo e sua origem inconfessável não poderia ser outra “senão o tesouro”. Assumindo a posição de contribuinte do tesouro, o redator da *Revista* reivindica a urgente e indispensável intervenção do conselheiro Saraiva na liquidação dessa “trapaça indigna”, destinada a “alimentar o furor negreiro do *Cruzeiro*”.

As críticas incisivas que se disseminaram pela imprensa carioca, especialmente nas páginas da *Revista Illustrada*, arruinariam a credibilidade do jornal *O Cruzeiro* e o conduziriam a um enfraquecimento gradativo de seu prestígio editorial. Em julho de 1882, quando o ministério de Martinho de Campos foi destituído, o periódico perderia também a proteção política e, conseqüentemente, a subvenção proporcionada em troca da defesa dos interesses escravocratas. Assim, em 19 de maio de 1883, quando a imprensa do Rio de Janeiro enfrentou uma forte crise por falta de papel, o órgão foi obrigado a interromper a sua circulação. Na época, um dos redatores principais do jornal, Reinaldo Carlos Montoro, respondeu a um artigo do *Jornal do Commercio*, isentando-se da participação nas decisões da administração do *Cruzeiro*:

A grande crise por falta de papel

O *Jornal do Commercio* publicou ontem um artigo, em que, sob pretexto fútil, se me pretende envolver na deliberação administrativa da suspensão temporária do *Cruzeiro* por falta de papel. A folha diária, de que sou simples redator, foi efetivamente suspensa por falta de papel do seu formato no mercado, tendo-o somente a Tipografia Nacional, que se negou a emprestá-lo.

Nada tenho com a administração do *Cruzeiro*, e desde janeiro do corrente ano se me presto a ser redator, é por pedido de alguns cavalheiros que se interessam pelo andamento da folha [...]. Tenho, porém, a satisfação de verificar embora assim não convenha ao articulista, que grande número de pessoas gradas se interessam pela continuação da folha e estão prontas a empregar todos os meios para esse fim. (*Gazeta de Notícias*, 26 maio 1883, p. 2, col. 8)

Independentemente da superação da crise do papel, *O Cruzeiro* não retornaria ao palco da imprensa carioca, pois o cenário já não era favorável para o êxito de sua publicação. Extinguia-se, assim, de maneira prematura, a atuação do jornal que lançara os seus primeiros números sob o amparo do mais sólido e promissor patrimônio financeiro e que disputara a primeira posição no círculo restrito da *grande imprensa neutra*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *Correspondência de Machado de Assis*: tomo II – 1870-1889. Coordenação e orientação de Sérgio Paulo Rouanet. Reunião, organização e comentário de Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2009. (Coleção Afrânio Coutinho; v. 92)

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino*. Imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro, 1878.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1877-1883.

GAZETA DA TARDE. Rio de Janeiro, 1878-1883.

O GLOBO. Rio de Janeiro, 1877-1878.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 1877-1878.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 110-53.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTOSO, Ernesto. *Cousas do meu tempo (reminiscências)*. Paris: Bordeaux, 1916.

O MEQUETREFE. Rio de Janeiro, 1877-1878.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro. 1877-1883.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. atualizada. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Data de recebimento: 15 mar. 2014

Data de aprovação: 30 maio 2014